

**"OS VERDADEIROS CONSTITUCIONAIS, AMIGOS DO REI E DA NAÇÃO":  
ÁULICOS, IDEIAS, IMPRENSA E CULTURA POLÍTICA NO PRIMEIRO  
REINADO.**

NELSON FERREIRA MARQUES JÚNIOR<sup>1</sup>

O objeto central do presente trabalho são os *áulicos* e o seu *projeto político*<sup>2</sup> formulado e difundido na imprensa fluminense e nas câmaras do senado e dos deputados no Primeiro Reinado; ou seja, os *áulicos* são aqueles que apoiavam o imperador d.Pedro I, procurando dar sustentação a seu governo - no período pós-independência - diante da *opinião pública*<sup>3</sup>. As principais metas dos *áulicos* eram defender os ataques perpetrados dos *partidos*<sup>4</sup> rivais e reafirmar seu projeto político, que tinha como ideia basilar a manutenção da ordem pública. O recorte temporal circunscreve-se ao período de 1822 a 1831, tendo como pilares a conjuntura que se segue à Independência do Brasil (7 de setembro de 1822); a dissolução da Assembléia Constituinte (12 de novembro de 1823); outorga da Constituição (25 de março de 1824); reabertura dos trabalhos da Assembleia Geral (26 de julho de 1826) e que deságua no enfraquecimento do grupo dos *áulicos* e o fortalecimento dos *liberais* no Brasil, principalmente, com a morte do publicista *exaltado* Líbero Badaró (20 de Novembro de 1830) e a abdicação de d.Pedro I (7 de abril de 1831).

---

<sup>1</sup> Graduado na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e Mestrando na Universidade Estadual do Rio de Janeiro - FAPERJ.

<sup>2</sup> Entendo como projeto político o conjunto de idéias e propostas específicas compartilhadas por cada grupo, ainda que não tivessem uma sistematização partidária.

<sup>3</sup> Considera-se em geral que opinião pública remete a uma expressão que desempenhou papel de destaque na constituição dos espaços públicos e de uma nova legitimidade nas sociedades ocidentais a partir de meados do século XVIII. Ver, MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840* - São Paulo: Hucitec, 2005, p. 200-01.

<sup>4</sup> O significado de partido segundo o Dicionário de Moraes e Silva: "parcialidades, partes, bandos, facções". Para Morel, essa carga pejorativa da palavra, partido não é apenas no campo epistemológico, mas é historicamente construída. Sobretudo nessa época de afirmação da modernidade e independência, os partidos eram vistos como inimigos da pátria e da integridade da ordem nacional. IDEM, *ibidem*.

O Primeiro Reinado é conhecido, sobretudo, pela política tida como centralizadora e intervencionista encabeçada por d. Pedro I. Essa perspectiva se constata por fatos como a dissolução da Constituinte, desocupação da Bahia pelas tropas portuguesas, o golpe de Vila Franca em Portugal (que, ao fechar o congresso e restabelecer o poder de D. João VI, incentivou o endurecimento do poder de d. Pedro I no Brasil), a outorga da Constituição, a prerrogativa do Poder Moderador, a nomeação de presidentes de província, a formação de conselheiros de Estado e ministérios aristocráticos sem apoio parlamentar, Senado vitalício, a violenta repressão à Confederação do Equador e a quaisquer outros movimentos no mesmo período contrários à soberania do imperador, a prisão e extradição arbitrária de opositores, o cerceamento à liberdade de imprensa e expressão, a postergação da instauração da Assembleia Geral, os embates constantes com a Câmara dos Deputados, a atuação de palacianos politicamente retrógrados, o favorecimento de portugueses no preenchimento dos cargos públicos e na concessão de honrarias e títulos de nobreza, o envolvimento na questão da sucessão do trono lusitano, as concessões feitas a Portugal e à Inglaterra nos tratados de reconhecimento da Independência, a Guerra Cisplatina, a contratação de tropas *mercenárias* estrangeiras e os elevados gastos públicos em meio à crise econômica.

O grupo formado pelos *áulicos* apoiava as empreitadas políticas de d. Pedro e a Constituição de 1824. O Poder Moderador foi defendido pelo grupo e era visto por José da Silva Lisboa como "a mais brilhante jóia do diadema imperial" (VIANNA, 1945: 359); Este grupo congregava burocratas, palacianos, aristocratas, parlamentares, togados, comerciantes portugueses e indivíduos identificados com os princípios que norteavam o governo. Entre seus líderes, estavam José Clemente Pereira, Januario da Cunha Barboza, Miguel Calmon du Pin e Almeida, Francisco Gomes da Silva (o Chalaça), José Antonio da Silva Maia, José da Silva Lisboa, conde do Rio Pardo e marqueses de Paranaguá, Baependi e Caravelas; a maioria era senador, ministro ou conselheiro de Estado, quando não deputado (BASILE, 2007). Defendiam a monarquia constitucional com o poder centralizado nas mãos do imperador que, para os *áulicos*, o rei era o único que tinha condição de manter a ordem e o bem comum.

Vale ressaltar que o processo de independência do Brasil movimenta-se no interior de uma cultura política multifacetada que vive entre duas épocas: o *antigo*

*regime*<sup>5</sup> e a modernidade. Nessa brecha entre os dois tempos históricos, constrói-se uma sociedade moderna com fortes resquícios de antigo regime. É nessa perspectiva que busco o fio condutor para entender os *áulicos*.

O Primeiro Reinado é um dos períodos menos estudados da história brasileira. Afora a produção dedicada à temática da Independência, esta sim bastante discutida, há inúmeros questionamentos pendentes no período em foco. A começar pelos próprios elementos cruciais da política imperial: as facções concorrentes e a imprensa doutrinária. Pouco se sabe, por exemplo, sobre os *áulicos*. Qual era o perfil do grupo (e não só de algumas lideranças), por que apoiavam fielmente o imperador, como atuavam no Parlamento, que papel efetivamente tiveram na sustentação do governo? Da mesma forma, a imprensa do Primeiro Reinado tem sido trabalhada apenas nos dois limites cronológicos do período: até a dissolução da Constituinte (ou, para Pernambuco, até a Confederação do Equador) e os anos finais da crise que levou à Abdicação; a fase intermediária permanece pouco estudada. Também chama a atenção a falta de estudos a respeito dos diversos jornais e panfletos *áulicos* que tiveram papel decisivo na tentativa de justificar e legitimar o governo e que contribuíram para acender o debate político, contra as facções oponentes. Além disso, é importante atentar que a participação dos *áulicos* na política ocorreu dos dois lados do atlântico, que, apesar de possuírem uma formação institucional homogênea, a Universidade de Coimbra (CARVALHO, 1981: 65); não compartilhava das mesmas matrizes ideológicas, tampouco origem sócio-econômica. Essas peculiaridades e particularidades vão salvaguardar o caráter heterogêneo do grupo e de cada um desses indivíduos, mesmo que tenham a mesma formação institucional.

Como referencial teórico, o projeto parte do cruzamento entre a Nova História Política, História Intelectual e a História conceitual do político. O que caracteriza um trabalho dentro do campo História Política é o enfoque no "Poder". (BARROS,

---

<sup>5</sup> A expressão Antigo Regime, possui uma conceituação bastante híbrida. Até mesmo porque cada sociedade tem diferentes recortes para seu significado. Neste trabalho, uso o conceito de Antigo Regime empregado pela historiadora Tereza Kirschner que se refere à organização de poder e às práticas sociais dominantes na sociedade portuguesa do século XVI até a instauração do governo constitucional e abrange, em seu interior, tanto mudanças significativas quanto permanências estruturais. Ver, KIRSCHNER, Tereza Cristina. *José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu: itinerários de um ilustrado luso-brasileiro*. São Paulo: Alameda, 2009, p.10.

2004:162-163); mas, o tipo de poder usado nesse trabalho não segue a forma tradicional, que privilegia o poder estatal e a história dos grandes homens e seus feitos. Nas últimas décadas do século XX, a Nova História Política, cumpre o papel de retornar ao conceito de poder, mas alcunhando novos sentidos. Esse novo campo preza pelas relações de poder, que pode ser de um indivíduo e sua trajetória política (sem cair na abordagem das grandes figuras políticas como únicos condutores da história) ou a relação de poder entre o *Estado*<sup>6</sup> e suas instituições, com os diferentes grupos sociais, econômicos e intelectuais, existentes em uma determinada sociedade. A História intelectual caminha junto com a Nova História Política no sentido de ressaltar e destrinchar as questões das relações entre ideologias produzidas ou disseminadas pelos intelectuais e a cultura política da sua dada época (RÉMOND, 2003); que no cenário do século XIX passava por metamorfoses.

Para entender as relações de poder entre o Estado, os grupos sociais e o reflexo que essa relação vai ocasionar na sociedade, foi utilizado o conceito de cultura política. Esse conceito deve ser entendido com uma construção histórica, que se ressignifica, de acordo com os acontecimentos e as mudanças internas dos grupos ou elites de uma dada sociedade. A cultura política é envolta de costumes, tradições e modernidades. Esse trabalho tem como meta investigar e avaliar essas nuances. A cultura política, também determina a identidade dos grupos e demarcam as fronteiras ideológicas que os separam, os unem e a qual comunidade pertencem. (NEVES, 2003: 21-22).

A história conceitual do político foi usada nesse trabalho, como uma maneira de compreender a formação e o desenvolvimento dos pensamentos políticos, ou seja, como os sistemas de representações<sup>7</sup> conduzem à ação de sua época e encaram seu futuro. Para isso, deve-se pensar nas elites, não pela via das representações externas (Estado) como manipulador de suas ideias, mas, como atores de seu próprio tempo, que procuravam construir suas respostas, sobre os acontecimentos externos. Com efeito, é importante analisar as representações sociais, sobre elas mesmas, e como se articulavam perante a sociedade em que vivia. Para realizar essa investigação de dentro dos próprios grupos, como eles enxergavam a sociedade e interagem com ela, é fundamental a parte

---

<sup>6</sup> Estado é uma entidade abstrata, no qual seu poder político é transferido a um grupo minoritário de governantes. Ver. BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

<sup>7</sup> Nesse trabalho, a representação política usada são as elites políticas e intelectuais.

conceitual da história política, pois é pelos conceitos - que são multifacetados - que se comprovam e montam a situação, que esses grupos políticos se encontravam. (ROSANVALLON, 1955); Convém relacionar a História conceitual do político com a História das linguagens políticas anglosaxã de Pocock e Skinner, que procuram reconstruir o vocabulário político de século XIX no cenário europeu, e também com a História dos conceitos alemã de Koselleck, que investiga principalmente o conceito de modernidade na História, analisando o passado, o presente e o futuro como uma totalidade e indissociáveis.

Ao agregar essas perspectivas, o estudo da cultura política, concebida como um conjunto das práticas políticas e culturais de uma sociedade, em um tempo histórico específico, possibilita distinguir os interesses dos diversos grupos sociais e a origem de seus propósitos, à medida que se organizam no interior dessa cultura, e através dessas práticas. (NEVES, 2003: 26).

José Murilo de Carvalho sugeriu o emprego da retórica como “*chave de leitura*” (CARVALHO, 2000); para análise dos jornais e folhetos políticos no período oitocentista. Assim, a análise do discurso da imprensa não se limita apenas ao seu ideário propriamente (o projeto político), mas analisa também os fundamentos conceituais (os termos do vocabulário político) e o estilo retórico (técnicas de argumentação) de sua linguagem. A proposta de Skinner serve para entender o estudo do pensamento europeu moderno, propondo a análise da linguagem e do vocabulário político circulado no contexto europeu do século XIX. Os intelectuais europeus foram as principais matrizes ideológicas dos funcionários da Corte imperial no Primeiro Reinado. Para ele, a linguagem normativa é elemento fundamental no estabelecimento, definição e resolução das principais questões problematizadas em dada época, contribui na determinação dos conceitos que cada grupo manifesta para legitimar suas idéias e condutas. (SKINNER, 1996: 13); Vale evidenciar a importância de uma análise prosopográfica para compreender a trajetória política e traçar um perfil dos *áulicos* no Primeiro Reinado.

O historiador Reinhart Koselleck, faz uma profunda reflexão sobre a historicidade dos conceitos que consiste basicamente em enfrentar as constantes tensões entre permanências e mudanças no espaço das relações sociais. Ele diz que, ao acompanhar as inovações dos conceitos e suas ressignificações, o historiador não se

limitaria a reproduzir apenas as palavras empregadas nos documentos da época examinada. Ou seja, a ideia é reconstruir a semântica das palavras, que no Primeiro Reinado se encontrava em uma brecha semântica entre tempos históricos distintos: *antigo regime* e modernidade. O autor afirma que havia um passado vivo, orientado por um presente e sem perspectiva para o futuro. (KOSELLECK, 2006).

No meio dessas fendas históricas foi esboçado o Estado monárquico. A ideia expressa aqui é que o período do Primeiro Reinado viveu entre duas épocas e entre dois mundos em um mesmo contexto histórico. O anterior e o posterior se chocam, não permitindo que o novo abolisse o passado. Por essas múltiplas perspectivas que os *áulicos* e as outras elites se construíram.

### Referências Bibliográficas

ANDREAU, J. “Prosopografia”. in BURGUIÈRE, André (org.). *Dicionário das ciências históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira*. São Paulo: Ática, 1990.

BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. *A facção áulica no Primeiro Reinado: imprensa, nação e política no Rio de Janeiro (1824-1831)* - projeto de iniciação científica. Rio de Janeiro: FAPERJ/CNPQ; Nova Iguaçu, RJ:UFRRJ-IM, 2007.

\_\_\_\_\_. *Ezequiel Corrêa dos Santos: um jacobino na Corte imperial*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.

\_\_\_\_\_. *Cidadania: tipos e percursos*. In: *Estudos históricos*, v. 9 - nº 18 – *justiça e cidadania*. Rio de Janeiro: CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, 1996.

\_\_\_\_\_. *História Intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura*”, in: *Topoi: revista de história*, nº 1. Rio de Janeiro: 7 Letras, setembro de 2000.

\_\_\_\_\_. *Teatro de sombras: a política imperial*. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais / Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988.

CONTIER, Arnaldo D. *Imprensa e ideologia em São Paulo*. São Paulo: Unicamp, 1979.

CUNHA, Pedro Octávio Carneiro da. *A Fundação de um Império Liberal: discussão de princípios*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.), e CAMPOS, Pedro Moacyr (assist.),

*História geral da civilização brasileira, t.II- O Brasil monárquico, 1º v.- O Processo de emancipação.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

DIAS, Maria Odila Silva. *A interiorização da metrópole (1808-1853).* In MOTA, Carlos Guilherme (org.), *1822: dimensões.* São Paulo: Perspectiva, 1986 (2ª ed.).

DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX -* São Paulo: Globo, 2005.

GUERRA, François-Xavier. *Modernidad y Independencias: ensayos sobre las revoluciones hispánicas.* México: Editorial Mapfre; Fondo de Cultura Económica, 1992.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX.* Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

KIRSCHNER, Tereza Cristina. *José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu: itinerários de um ilustrado luso-brasileiro -* São Paulo: Alameda; Belo Horizonte, MG: Puc -Minas, 2009, pp. 282.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos.* Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KRAAY, Hendrik. "Muralhas da independência e liberdade do Brasil a participação popular nas lutas políticas (Bahia, 1820-25)\*", in: MALERBA, Jurandir (org.), *A independência brasileira: novas dimensões.* Rio de Janeiro: FGV, 2006.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação (o abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1842).* Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1993 (2ª ed.).

LUSTOSA, Isabel. *D. Pedro I: um herói sem nenhum caráter -* São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

\_\_\_\_\_. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na independência (1821-1823).* São Paulo: Companhia das letras, 2000.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado imperial.* São Paulo: HUCITEC, 1990.

MONTEIRO, Tobias do Rego. *História do Império: o 1º Reinado.* 2 vs. Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo: EDUSP, 1982 (2º ed.).

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840).* São Paulo: HUCITEC, 2005.

\_\_\_\_\_. *O período das Regências, (1831-1840) -* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822).* Rio de Janeiro: Revan / FAPERJ, 2003.

POCOCK, J.G.A. *Linguagens do ideário político.* São Paulo: Edusp, 2001. SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno.* São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

REBOUL, Olivier. *Introdução à Retórica.* São Paulo: Martins Fontes, 1998.

RÉMOND, René. *Por uma história política.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

- REVEL, Jacques. *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *A imprensa da independência e do primeiro reinado: alguns apontamentos*. In: *Pauta geral*, 9. Rio de Janeiro: Calandra, 2007.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará / FAPERJ, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Brasileiros e Cidadãos: modernidade política (1822-1930)*. Rio de Janeiro: Editora: Alameda, 2008.
- RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. *Os símbolos do poder: cerimônias e imagens do Estado monárquico no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995.
- ROCHA, Antonio Penalves. “Introdução”, in CAIRU, visconde de, *Visconde de cairu*. Organização e introdução de Antonio Penalves Rocha. São Paulo: Editora 34, 2001.
- ROSANVALLON, Pierre. “Por uma História Conceitual do Político (nota de trabalho)”, in *Revista brasileira de História*, v. 15 - nº 30 – *Historiografia: propostas e práticas*. São Paulo: A.N.P.U.H. / Contexto, 1995.
- SILVA, Ana Cristina Nogueira da. *Constitucionalismo e Império: a cidadania no Ultramar Português*. Coimbra: Editora: almedina, 2009.
- SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho. *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo – 1780-1831*. São Paulo: UNESP, 1999.
- URICOECHEA, Fernando. *O Minotauro Imperial*. São Paulo: Difel, 1978.
- VIANNA, Hélio. *Contribuição à história da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.